

Indicadores das Condições de Trabalho Docente: panorama da produção científica em periódicos de políticas educacionais no Brasil

Maíra Gallotti Frantz^IThiago Alves^{II}Adriana Dragone Silveira^{III}Gabriela Schneider^I^IUniversidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR – Brasil^{II}Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia/GO – Brasil^{III}Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto/SP – Brasil

Resumo

A valorização dos profissionais da educação é um princípio constitucional vinculado a um conjunto de condições necessárias ao exercício da docência que aludem à possibilidade objetiva de materialização do direito à educação e do trabalho docente no interior das escolas. Neste sentido, este artigo apresenta os resultados de uma revisão da literatura sobre as condições de trabalho docente nas escolas públicas de Educação Básica no Brasil. Foram selecionados 18 artigos em periódicos de referência no debate sobre políticas educacionais. Os resultados sugerem centralidade na discussão sobre remuneração e, nos indicadores, em infraestrutura escolar. Não foram localizados artigos sobre tamanho do quadro docente, volume de trabalho, forma de ingresso na carreira, plano de carreira, apoio de outros profissionais na escola, gestão democrática e segurança no local de trabalho. Assim, verificou-se a necessidade de ampliar a proposição de indicadores para realizar um efetivo monitoramento das condições de trabalho docente.

Palavras-chave: **Condições de Trabalho Docente. Indicadores de Condições de Trabalho. Valorização dos Profissionais da Educação. Políticas Educacionais.**

Indicators of Teacher Working Conditions: an overview of scientific production in educational policy journals in Brazil

Abstract

The valorization of education professionals is a constitutional principle linked to a set of conditions necessary for the exercise of teaching, which allude to the objective possibility of materializing the right to education and teaching work within schools. In this sense, this article presents the results of a literature review on teacher working conditions in public Basic Education schools in Brazil. Eighteen articles were selected from reference journals in the debate on educational policies. The results suggest a centrality in the discussion on remuneration and, among the indicators, on school infrastructure. No articles were found on teaching staff size, workload, career entry mechanisms, career plans, support from other professionals in the school, democratic management, or workplace safety. Thus, the need to expand the proposition of indicators for effective monitoring of teacher working conditions was identified.

Keywords: **Teacher Working Conditions. Working Conditions Indicators. Valorization of Education Professionals. Educational Policies.**

Indicadores de las Condiciones de Trabajo Docente: panorama de la producción científica en revistas de políticas educativas en Brasil

Resumen

La valorización de los profesionales de la educación es un principio constitucional vinculado a un conjunto de condiciones necesarias para el ejercicio de la docencia, que aluden a la posibilidad objetiva de materialización del derecho a la educación y del trabajo docente en el interior de las escuelas. En este sentido, este artículo presenta los resultados de una revisión de la literatura sobre las condiciones de trabajo docente en las escuelas públicas de Educación Básica en Brasil. Fueron seleccionados 18 artículos en revistas de referencia en el debate sobre políticas educativas. Los resultados sugieren una centralidad en la discusión sobre remuneración y, entre los indicadores, en infraestructura escolar. No se localizaron artículos sobre tamaño del cuadro docente, volumen de trabajo, forma de ingreso en la carrera, plan de carrera, apoyo de otros profesionales en la escuela, gestión democrática y seguridad en el lugar de trabajo. Así, se verificó la necesidad de ampliar la proposición de indicadores para realizar un efectivo monitoreo de las condiciones de trabajo docente.

Palabras clave: **Condiciones de Trabajo Docente. Indicadores de Condiciones de Trabajo. Valorización de los Profesionales de la Educación. Políticas Educativas.**

Introdução

A valorização profissional, um dos princípios do direito à educação (CF 1988, Art. 206, V), tem ocupado espaço crescente na agenda educacional brasileira, refletindo a preocupação com as condições de trabalho enfrentadas por docentes nas diversas redes públicas de ensino do país. Tais condições, para além de fatores meramente instrumentais ou administrativos, aludem à possibilidade de materialização do direito em tela e do trabalho docente no interior das escolas.

A literatura aponta diferentes formas de delimitar as condições de trabalho docente. Segundo Paro (2012) o trabalho educativo, por sua natureza social e formativa, requer condições objetivas que assegurem sua realização como tempo, espaço, organização escolar, recursos materiais, remuneração, formação adequada e estrutura de carreira. Tais elementos são constitutivos da própria possibilidade de ensinar e aprender, vinculada ao dever estatal de garantir as condições que sustentam o trabalho docente em suas dimensões coletiva, ética e política. E, por depender de condições materiais, temporais e institucionais concretas, requer parâmetros observáveis que permitam identificar, comparar e acompanhar o que é garantido ou negado aos docentes em diferentes contextos.

Entre as delimitações presentes na literatura, Oliveira e Assunção (2010) distinguem condições de trabalho em dois aspectos: condições objetivas, nas quais os processos de trabalho docente se realizam; e condições de emprego, que estruturam a inserção profissional na carreira. No primeiro aspecto estão incluídos fatores como a infraestrutura da escola (qualidade dos espaços, mobiliário, recursos didáticos e equipamentos), o volume e a distribuição do trabalho (número de turmas, estudantes por turma, carga horária), a existência de apoio técnico e pedagógico e a garantia de um ambiente democrático e participativo. No segundo, a forma de ingresso na carreira, os critérios de contratação e estabilidade, tipo de vínculo empregatício, jornada de trabalho, critérios de progressão, adequação entre a formação e a função exercida, além da composição e do nível da remuneração.

Neste artigo, para fins analíticos, as condições de trabalho docente são concebidas como um conjunto articulado de condições materiais e institucionais que se expressam, de forma mais concreta em processos de formação do profissional; forma de ingresso na carreira (seleção/contratação); tipo de vínculo empregatício; existência/configuração/efetivação do plano de carreira; nível e composição da remuneração; duração e composição da jornada de trabalho; volume de trabalho; apoio às atividades por outros profissionais na escola; condições do prédio escolar; e aspectos do ambiente de trabalho tais como gestão democrática, participação nas decisões, autonomia, segurança no local de trabalho (livre de ameaças e violências).

Seja em termos de condições materiais ou institucionais, é fato que elas são determinantes não apenas para a efetiva atuação, mas para a própria decisão de permanecer na carreira. Johnson, Berg e Donaldson (2005) salientam que as condições de trabalho são determinantes para o êxito nas atividades de ensino, mas também imputam significativa interferência na atratividade da carreira e na retenção dos docentes na profissão. E Frantz e Alves (2021), ao discutirem a relação entre a incidência de rotatividade docente e determinadas condições de trabalho, alertam para o risco iminente de ruptura de um fazer intencional, contínuo e coletivo que tem como consequência a interferência na materialização de um projeto coletivo de formação humana, operado no interior das escolas. Sem esgotar o debate, essas contribuições evidenciam que as condições de trabalho docente produzem efeitos que extrapolam a permanência individual na carreira, tornando visíveis implicações mais amplas da organização material e institucional do trabalho, que demandam análise sistemática em diferentes contextos.

Adensa esse cenário a compreensão amplamente compartilhada de que a profissão docente na Educação Básica tem sido submetida, ao longo das últimas décadas, a um processo contínuo de desvalorização. Como aponta Oliveira (2013), estudos acadêmicos, entidades sindicais, meios de comunicação e setores da sociedade civil vêm chamando a atenção para aspectos críticos como os baixos salários, a fragilidade das perspectivas de carreira, a sobrecarga de trabalho e as questões de infraestrutura e de condições materiais das escolas. Como consequência, tais condições interferem não apenas na efetivação de um projeto educativo coletivo, voltado ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, art. 205), mas, diretamente, na própria atuação docente cotidiana. Há que considerar, ainda, que as condições de trabalho dos professores podem variar significativamente entre as redes públicas em que trabalham, a etapa de ensino em que atuam, o tipo de vínculo de emprego que assumem (temporário ou estatutário) e o nível de formação que possuem.

Porém, ainda que haja consenso amplo quanto à necessidade de discutir políticas de valorização profissional e de melhoria das condições de trabalho docente, esse consenso não se traduz automaticamente na construção de referenciais analíticos articulados e comparáveis, nem na sua mensuração por indicadores. Embora determinadas dimensões do trabalho docente sejam amplamente mobilizadas no campo acadêmico, tais como formação, ingresso, tipo de vínculo, remuneração e carreira, coloca-se como questão de pesquisa de que modo essas e outras dimensões vêm sendo operacionalizadas e articuladas como parâmetros analíticos, passíveis de observação, mensuração e comparação entre redes públicas de ensino e ao longo do tempo. Assim, mais do que a ausência de temas ou dimensões, o desafio reside em compreender se, e como, diferentes recortes, níveis de operacionalização e critérios analíticos têm sido mobilizados

pela literatura, capazes de sustentar diagnósticos, identificar desigualdades, subsidiar processos de tomada de decisão, orientar o planejamento, monitorar e avaliar avanços à luz das garantias legais do direito à educação. Diante desse contexto, torna-se relevante compreender como essas questões vêm sendo abordadas pela produção acadêmica no país, especialmente no que se refere à mensuração das condições de trabalho docente e à construção de referenciais que possam orientar políticas educacionais.

É nesse marco que se insere este artigo ao apresentar os resultados de uma revisão de literatura, a partir da produção científica nacional sobre condições de trabalho docente nas escolas de Educação Básica. Deste modo, o estudo visa identificar: (i) quais dimensões das condições de trabalho docente têm sido privilegiadas nas pesquisas; (ii) de que modo tais dimensões têm sido operacionalizadas empiricamente, com especial atenção à presença (ou ausência) de indicadores que permitam mensurar as condições de trabalho. Ao fazê-lo, o artigo pretende contribuir para qualificar o debate sobre condições de trabalho docente, condição para a efetivação do princípio constitucional de valorização dos profissionais da educação.

Em termos metodológicos, para analisar como a literatura tem operacionalizado essas condições, faz-se necessário distinguir o plano analítico (dimensões) do plano de mensuração (indicadores). A partir do conceito adotado neste artigo, as dimensões das condições de trabalho docente aludem aos processos de formação profissional; carreira; tipo de vínculo empregatício; remuneração; jornada de trabalho; volume de trabalho; apoio às atividades; condições do prédio escolar; e ambiente de trabalho. Complementarmente, foi incluído o fenômeno da rotatividade docente que, embora não expresse condições de trabalho propriamente, pode estar associado à ausência de tais condições. Já os indicadores dizem respeito às medidas ou ao processo de mensuração da ocorrência dos fenômenos relacionados às dimensões. Isto é, indicadores são “medidas, em geral quantitativas, dotadas de significado social, construídas a partir de escolhas teóricas e políticas” (Jannuzzi, 2005, p. 21).

O artigo está organizado em quatro seções. A primeira delimita o marco normativo das condições de trabalho docente no Brasil, situando a valorização profissional como princípio do direito à educação e explicitando os principais dispositivos legais. A segunda apresenta os procedimentos metodológicos da revisão bibliográfica e o protocolo de análise, incluindo os critérios de seleção e as etapas de sistematização. A terceira reúne e discute os resultados do levantamento, com a análise dos artigos por dimensões e em face da presença (ou ausência) de indicadores, bem como a caracterização das fontes e formas de mensuração mobilizadas nos estudos. Por fim, a última seção sintetiza os achados e aponta implicações e agendas de pesquisa.

Marco Normativo

O ordenamento jurídico brasileiro consagra a valorização dos profissionais da educação como princípio constitucional e o vincula à garantia de um conjunto de condições necessárias ao exercício da docência. Tais condições, enunciadas em diferentes dispositivos legais, conformam um núcleo normativo que associa valorização profissional à existência de condições materiais, institucionais e organizacionais adequadas ao trabalho docente.

A valorização profissional constitui princípio a ser garantido por meio de planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos nas redes públicas de ensino (Brasil, 1988, art. 206, V). A Emenda Constitucional n. 108/2020 reafirma esse compromisso ao prever a destinação de no mínimo 70% dos recursos vinculados à

educação à remuneração condigna desses profissionais no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Igualmente, estabelece como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ) e a insere nas diretrizes nacionais para a Manutenção e o Desenvolvimento do Ensino (MDE). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996) (Brasil, 1996), por sua vez, reforça a valorização dos profissionais da educação como princípio estruturante do ensino (art. 3º, VII), articulando-a a outros princípios fundamentais, como a garantia do padrão de qualidade (IX) e a gestão democrática do ensino público (VIII).

Assim, a LDB (Brasil, 1996, art. 67) estabelece um conjunto de garantias que estruturam condições para sua operacionalização. Entre elas ingresso exclusivamente por concurso público; formação continuada com direito a licenciamento remunerado; piso salarial profissional; progressão funcional baseada em titulação e avaliação de desempenho; jornada que inclua, na carga de trabalho, tempo para estudos, planejamento e avaliação; e condições adequadas de trabalho. Adicionalmente, a LDB explicita condições de oferta que tensionam, direta ou indiretamente, dimensões do conceito adotado neste artigo: volume de trabalho e tamanho do quadro (número de educandos por turma e número de alunos por professor), jornada (carga horária) e infraestrutura (condições materiais do estabelecimento e serviços básicos). Tal conjunto não constitui, portanto, simples incentivo, mas condição necessária ao pleno exercício da docência e à efetivação do direito à educação (Paro, 2012).

Nesse sentido, a instituição do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN, Lei n. 11.738/2008) representa um marco na valorização do magistério da Educação Básica ao estabelecer um patamar mínimo nacional de remuneração, vinculado à jornada de 40 horas semanais para docentes com formação em nível médio. Além disso, estabelece que um terço da jornada de trabalho seja reservado a estudos, planejamento e avaliação, que não envolvam atividades de interação com estudantes. Ao impor tais referências a todos os entes federados, a norma busca promover maior isonomia entre as redes públicas e contribuir para a recomposição da carreira docente, historicamente fragilizada nas redes estaduais e municipais.

Também o Plano Nacional de Educação, sancionado pela Lei n. 15.388/2026 reitera a valorização como compromisso nacional, concomitantemente ao fortalecimento da carreira docente e ao asseguramento de condições adequadas de trabalho (art. 4º, XI). Nesse marco, o objetivo 17, voltado à garantia de formação, valorização e condições de trabalho adequadas aos profissionais da educação básica, explicita metas que incidem sobre a formação (formação específica em nível superior, sua adequação em relação à área/etapa/modalidade de atuação e a ampliação da pós-graduação); e também sobre as condições de emprego (equiparação do rendimento médio do magistério aos demais profissionais com escolaridade equivalente; universalização de planos de carreira referenciados no piso salarial nacional; e jornada de trabalho com limite de até 2/3 em interação com estudantes) e forma de provimento/vínculo (redução progressiva de profissionais do magistério sem cargo efetivo a, no máximo, 30% por rede pública de ensino). Entre as estratégias, destacam-se ainda aquelas voltadas à organização da jornada em um único estabelecimento de ensino; ao enfrentamento do absenteísmo docente associado à saúde laboral e à violência/assédio; aos incentivos à permanência em escolas e contextos vulneráveis. Entre as estratégias destaca-se ainda a previsão de aprimoramento do Censo da Educação para coletar informações sobre formação,

condições de trabalho, remuneração e carreira, com vistas a subsidiar o monitoramento e o aperfeiçoamento das políticas de valorização e carreira docente (estratégia 17.25). Além disso, o PNE explicita estratégias associadas às demandas formativas específicas também em outros objetivos (Objetivos 5, 6, 9 e 11, estratégias 5.21; 6.21; 9.14; relativas à alfabetização, educação ambiental, educação quilombola, indígena, do campo e EJA) e inclui incentivo, por meio de plano de carreira, à organização da jornada em uma única escola no contexto da educação integral em tempo integral (objetivo 6, estratégia 6.10), conectando o debate de valorização à organização concreta do trabalho docente.

A valorização e o desenvolvimento permanente dos profissionais da educação são também princípios do Sistema Nacional de Educação (SNE) (Lei Complementar n. 220/2025, art. 3º, X) e aparecem como componentes das condições de oferta que integram os padrões mínimos de qualidade da educação básica (arts. 32 e 34). Nessa perspectiva, a lei relaciona diretamente a garantia de qualidade a dimensões que incidem sobre as condições de trabalho docente, ao prever, entre outros elementos, adequada razão professor-aluno por turma (art. 34, II), formação docente adequada às áreas de atuação (art. 34, III) e existência de plano de carreira e de piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público (art. 34, IV). Além disso, inclui, no rol das condições de oferta, aspectos materiais e organizacionais da escola, como estrutura física e instalações com padrões de conforto ambiental, espaços apropriados ao processo pedagógico, salubridade, água potável, instalações sanitárias adequadas, acessibilidade e sustentabilidade ambiental (art. 34, VI), bem como recursos educacionais e tecnologias digitais (art. 34, VII). Do ponto de vista da governança, a lei prevê, no âmbito da União, a existência de fórum permanente com representação dos trabalhadores da educação para acompanhamento da atualização progressiva do piso e da valorização das carreiras (art. 20). Já no financiamento, a valorização se articula indiretamente ao estabelecer que a assistência técnica e financeira da União deve assegurar a oferta de educação básica pública de qualidade com base no CAQ (art. 5º, III) e que o financiamento seja orientado a oferecer padrão mínimo de qualidade referenciado pelo CAQ (art. 40, II).

À luz do marco normativo, um aspecto central para a análise reside em compreender como garantias já previstas vêm sendo convertidas, ou não, em parâmetros operacionais, mecanismos de indução e arranjos institucionais. Nesse sentido, instrumentos de acompanhamento como relatórios e painéis de monitoramento do PNE constituem referências relevantes, mas tendem a incidir com maior força sobre dimensões mais disponíveis à mensuração, o que recoloca o desafio de incorporar, de forma sistemática, outros componentes das condições de trabalho docente, inclusive aqueles de natureza organizacional e institucional, que nem sempre aparecem com a mesma visibilidade nos indicadores.

Nessa chave, tratar as condições de trabalho docente como dimensões observáveis orienta a análise da literatura para identificar quais recortes analíticos predominam e quais procedimentos de operacionalização são adotados, com atenção ao grau de transparência metodológica e comparabilidade dos indicadores utilizados.

Aspectos Metodológicos

Este estudo realizou uma revisão da produção científica sobre condições de trabalho docente. Como recortes espaciais, delimitaram-se o cenário nacional e a Educação Básica e suas etapas, em face dos múltiplos desdobramentos e especificidades de cada modalidade.

Já o recorte temporal alude à instituição do Fundeb (Lei n. 11.494/2007) ante a constitucionalização da valorização dos profissionais da educação como princípio do ensino, por meio da Emenda Constitucional n. 53/2006 (CF/1988, art. 206). Neste sentido, a escolha pelo marco temporal aludiu a pesquisas realizadas a partir de 2006. Assim, os artigos que apresentem dados anteriores ao Fundeb não constituem escopo desta pesquisa.

Como fonte de dados, optou-se por artigos publicados em periódicos científicos submetidos à revisão por pares. O recorte priorizou pesquisas publicadas em periódicos de referência no debate de políticas educacionais, por constituírem espaço qualificado de produção e circulação do conhecimento no campo em que se consolidam debates e parâmetros analíticos e metodológicos com potencial de comparabilidade e de interlocução com agendas políticas. Assim, foram selecionados: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE) – ANPAE; Jornal de Políticas Educacionais – NUPE/UFPR; Revista de Financiamento da Educação – FINEDUCA; Estudos em Avaliação Educacional – FCC; Revista Arquivos Analíticos de Políticas Educativas (EPAA/AAPE); e Retratos da Escola – CNTE. Complementarmente, foram incluídos periódicos de escopo mais abrangente na área de Educação, mas com importância estratégica para o debate de políticas educacionais, sendo estes: Revista Brasileira de Educação (RBE) – ANPED; Cadernos Cedes – CEDES; Revista Educação & Sociedade (E&S) – CEDES; Revista Cadernos de Pesquisa (CP) – FCC; Em Aberto – INEP; e Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – INEP.

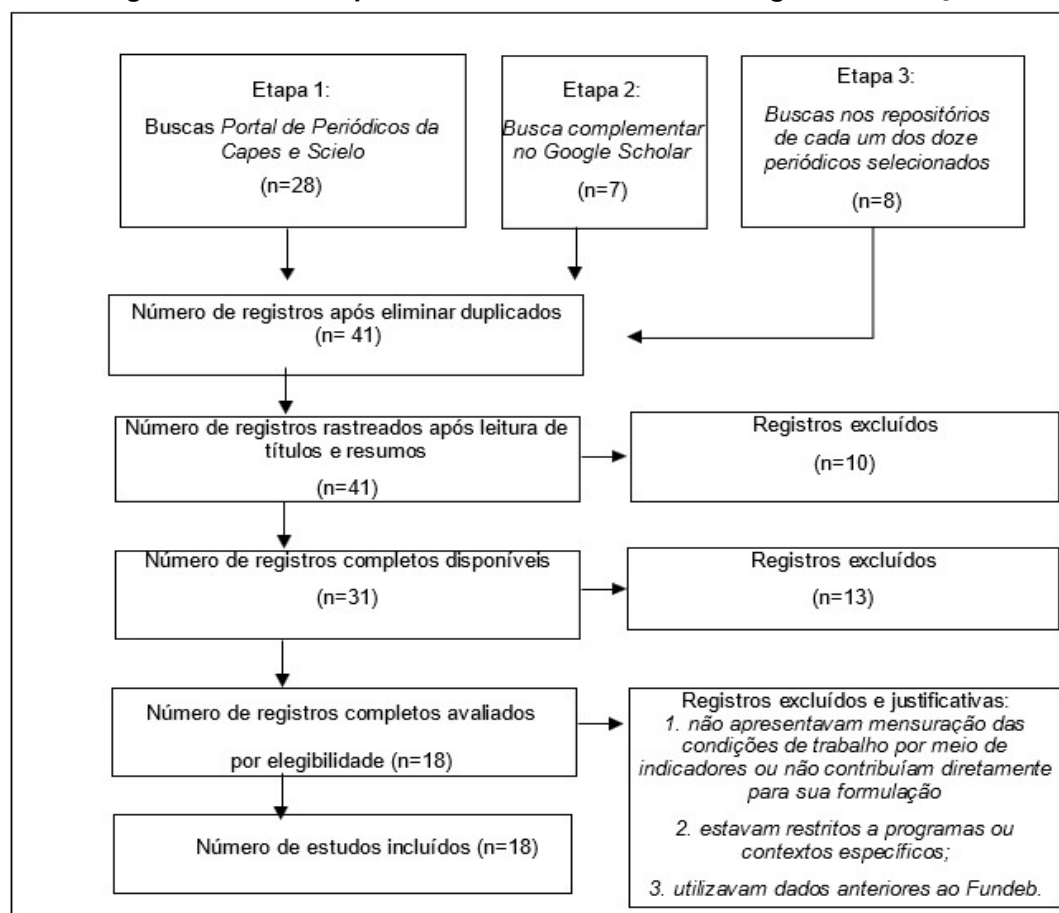
A Figura 1 sintetiza o fluxo de levantamento e seleção. As buscas foram realizadas em 3 etapas com os seguintes descritores simples: condições de trabalho docente; tamanho do quadro docente; volume de trabalho docente; condições de emprego docente; rotatividade docente; infraestrutura escolar; indicador de formação docente; indicadores educacionais; dados educacionais. Também foram utilizados esses descritores associados ao descritor “indicador”. Em princípio, foi realizada uma pesquisa na base do Portal de Periódicos da Capes, que contemplava o repositório de todas as revistas selecionadas. E, em caráter complementar, a segunda etapa ocorreu no *Google Scholar*, visando captar artigos não disponíveis nos principais portais. Por fim, a terceira etapa, realizada nos repositórios de cada um dos doze periódicos selecionados, foi realizada com o intuito de captar artigos de periódicos que não foram localizados nas duas primeiras etapas, cujos temas têm alinhamento direto com o tema desta pesquisa.

Apesar da abrangência de ocorrências resultantes deste processo (n=5.298) e das inúmeras variações em relação aos descritores de pesquisa, foram incluídos apenas os artigos com aderência temática às condições de trabalho docente que mobilizassem, em algum grau, dados mensuráveis ou comparáveis, seja para fins analíticos, descritivos ou propositivos. Foram excluídos estudos centrados em saúde docente ou abordagens psicossociais (dado campo próprio de pesquisa), assim como produções que: (i) não apresentavam centralidade no tema; (ii) estavam restritas a programas ou contextos muito específicos; (iii) se referiam ao ensino superior; ou (iv) utilizavam dados anteriores ao Fundeb.

Ao final foram sistematizados 41 artigos que atendiam aos critérios e foi procedida à leitura dos resumos. Deste processo foram selecionados 18 artigos, dentre os quais oito abordavam esforços de mensuração de dimensões das condições de trabalho docente e 10 apresentavam os indicadores. A opção por manter estes 8 artigos que contribuem para a formulação de indicadores, mas não o fazem na pesquisa, justifica-se porque, embora não os produzam,

operam com variáveis potencialmente mensuráveis (como jornada, piso salarial, vínculo e carreira) e propõem categorias empíricas e normativas a partir das quais tais indicadores podem ser formulados. A síntese desse processo encontra-se expressa na Figura 1.

Figura 1 – Fluxo do processo de levantamento bibliográfico e seleção



Fonte: Elaborado pelos autores.

Visando atender ao objetivo geral desta pesquisa, a primeira fase do levantamento resultou na proposição de uma base de dados bibliográfica, com o artigo como unidade de análise. Sua construção deu-se a partir da leitura dos 18 artigos e registro padronizado de informações. Para cada artigo foram registrados dados bibliográficos e analíticos: periódico, ano, autoria, título, palavras-chave, objetivo, metodologia, resultados e referências. Incluiu-se ainda um campo de indicador/contribuição distinguindo-se, dicotomicamente, os artigos que formulam indicadores daqueles que não os fazem. Para os 10 artigos que apresentam indicadores, a matriz incorporou um segundo bloco de variáveis para caracterização do indicador: dimensão analítica, indicador, fonte dos dados, recorte temporal, recorte espacial, etapa da Educação Básica, variáveis mobilizadas, procedimentos de construção e técnica de aferição e forma de apresentação dos resultados.

Para tanto, as condições de trabalho docente – concebidas, neste artigo, como um conjunto articulado de condições materiais e institucionais – foram organizadas, para fins analíticos, em dimensões que se objetivam por: tamanho do quadro docente; formação docente; volume de trabalho; condições de emprego; infraestrutura das escolas; e aspectos do ambiente de trabalho e, incluído ainda, o fenômeno da rotatividade docente.

Em seguida, a análise seguiu cinco passos encadeados: (i) caracterização descritiva do conjunto de pesquisas (distribuição por ano e por periódico); (ii) análise das palavras-chave para identificação de recorrências/ausências a partir da leitura e agrupamentos com base no conceito adotado; (iii) classificação dos artigos por dimensão com base no conceito analítico adotado, distinguindo o tipo de operacionalização empírica mobilizada; (iv) exame, em profundidade, dos estudos que apresentam indicadores e registro, de modo comparável, de fontes, recortes, variáveis, procedimentos e técnicas de mensuração; e (v) análise comparativa entre o conceito analítico adotado, os marcos normativos de referência e as dimensões efetivamente mobilizados pela produção selecionada, incluindo a presença (ou ausência) de indicadores por aspecto.

Os passos (i) e (ii) sustentam a caracterização inicial dos estudos, situando a distribuição por ano/periódico e a agenda temática expressa nos descritores. O passo (iii) responde ao primeiro objetivo específico ao classificar os artigos por dimensão com base no conceito analítico adotado e, simultaneamente, explicitar a presença (ou ausência) de indicadores. O passo (iv) aprofunda o segundo objetivo específico ao sistematizar, nos estudos com indicadores, fontes, recortes, variáveis, procedimentos e técnicas de mensuração. O passo (v) coteja o conceito analítico e os marcos normativos de referência com as dimensões mobilizadas na produção selecionada, evidenciando correspondências e lacunas, inclusive quanto à tradução (ou não) em indicadores.

O protocolo dos dois primeiros passos sustenta a apresentação introdutória dos resultados e os resultados dos passos finais são sistematizados, de modo respectivo, nos Quadros 1, 2 e 3 da seção de resultados.

Resultados e Discussão

No primeiro passo da análise, fez-se a caracterização descritiva do conjunto de pesquisas, observando que, embora o marco inicial remonte a 2006, os estudos com aderência à temática e aos critérios de inclusão somente são identificados a partir de 2011. E a distribuição indica certa concentração editorial. Mais da metade das publicações está em três periódicos: Estudos em Avaliação Educacional e Cadernos de Pesquisa, ambos da Fundação Carlos Chagas (com 8 artigos); e Arquivos Analíticos de Políticas Educativas (AAPE/ASU, com 4 artigos).

No segundo passo, a análise das palavras-chave dos 18 artigos selecionados evidencia que a produção sobre condições de trabalho docente se concentra, sobretudo, em condições de emprego, com forte centralidade de termos como remuneração, jornada, Lei do Piso/PSPN, Meta 17 e financiamento (Fundeb), indicando predominância de abordagens normativo-institucionais e de monitoramento. Em seguida, destacam-se estudos sobre infraestrutura escolar (frequentemente associados a desigualdades e à construção de indicadores) e formação docente, com ênfase em adequação e uso de dados educacionais. Por outro lado, rotatividade aparece de forma menos recorrente, enquanto aspectos do ambiente de trabalho (participação, autonomia, segurança/violência) são pouco expressos nos descritores, apesar de integrarem a definição analítica adotada. Também se observa ausência de termos diretamente associados ao tamanho do quadro docente e volume de trabalho, sugerindo sub-representação dessas dimensões. É necessário, no entanto, interpretar com cautela as dimensões menos visíveis no levantamento, que não podem ser automaticamente tomadas como inexistência de pesquisas no campo. Embora revelem lacuna relevante, os padrões identificados nas palavras-chave consistem em

evidências sobre a agenda que se consolidou na produção científica veiculada em periódicos de referência em políticas educacionais. Em suma, no conjunto, os descritores combinam vocabulário metodológico (indicadores, TRI, escala, cluster) e vocabulário político-normativo (valorização, meta 17, PSPN, financiamento), reforçando a heterogeneidade de recortes e níveis de operacionalização.

A partir dessa caracterização inicial, o terceiro passo analítico consistiu em classificar os 18 artigos por dimensão, com base no conceito analítico adotado na introdução, distinguindo-se também o tipo de operacionalização empírica mobilizada, com atenção à presença (ou ausência) de indicadores. Como resultado, foram encontrados artigos para as dimensões de formação docente; condições de emprego (remuneração, tipo de vínculo e jornada de trabalho); infraestrutura das escolas; aspectos do ambiente de trabalho (autonomia e participação); e, adicionalmente, rotatividade, como fenômeno organizacional que pode estar associado às condições de trabalho docente. O produto desta análise está sistematizado no Quadro 1.

Quadro 1 – Produção científica em periódicos de políticas educacionais sobre condições de trabalho docente: dimensões abordadas e presença de indicadores, 2006 a 2025

Dimensão	Autoria	Periódico	Indicador?
Formação docente	Schneider, Silveira e Alves (2023)	JPE/UFPR	sim
	Craveiro (2022)	Revista Fineduca	não
	Jacomini et al. (2020)	Revista Fineduca	não
	Gouveia (2019)	AAPE/ASU	não
Condições de emprego - remuneração	Alves e Sonobe (2018)	CP/FCC	sim
	Jacomini, Alves e Camargo (2016)	AAPE/ASU	sim
	Pinto (2012)	Retratos da Escola/CNTE	não
	Alves e Pinto (2011)	CP/FCC	não
Condições de emprego - tipo de vínculo	Jacomini et al. (2020)	Revista Fineduca	não
	Jacomini, Cruz e Castro (2020)	AAPE/ASU	não
Condições de emprego - jornada de trabalho	Jacomini, Gil e Castro (2019)	Retratos da Escola/CNTE	não
	Jacomini, Gil e Castro (2018)	RBPAE/ANPAE	não
	Duarte, Gomes e Gotelipe (2019)	AAPE/ASU	sim
Infraestrutura das escolas	Alves e Xavier (2018)	CP/FCC	sim
	Falciano, Santos e Nunes (2016)	EAE/FCC	sim
	Soares Neto et al. (2013)	EAE/FCC	sim
Aspectos do ambiente de trabalho	Pereira e Oliveira (2016)	EAE/FCC	sim
	Frantz e Alves (2021)	CP/FCC	sim
Rotatividade	Pereira e Oliveira (2016)	CP/FCC	sim

Fonte: Elaborado com base em levantamento bibliográfico (2025).

A dimensão mais recorrente refere-se às condições de emprego, contemplando 11 ocorrências¹ em 10 dos 18 artigos. E, a exemplo dos achados nas palavras-chave, a análise

¹ Ocorrência refere-se à incidência de um artigo em mais de uma dimensão. Assim, 10 artigos totalizam 11 ocorrências, pois Jacomini et al. (2020) incide em duas dimensões: remuneração e tipo de vínculo.

integral dos artigos referenda uma lacuna de produções com enfoque na produção de indicadores sobre tamanho do quadro docente, volume de trabalho, e ainda sobre condições como: forma de ingresso na carreira (seleção/contratação); apoio às atividades por outros profissionais na escola; e aspectos do ambiente de trabalho tais como gestão democrática e segurança no local de trabalho. Essa lacuna é relevante porque indica que, embora o artigo adote uma definição multidimensional de condições de trabalho docente e priorize periódicos de políticas educacionais, nem todas as dimensões têm sido mobilizadas com o mesmo grau de operacionalização por indicadores, o que limita a construção de referenciais analíticos comparáveis e o monitoramento mais abrangente das políticas de valorização profissional.

No que se refere especificamente à formação docente, o artigo de Schneider, Silveira e Alves (2023) trata da formação inicial ou continuada como aspecto integrante da valorização profissional, com apresentação de indicadores, demonstrando esforço de operacionalização empírica para esse aspecto.

A dimensão referente às condições de emprego, com artigos que abordaram aspectos da remuneração, tipo de vínculo e jornada de trabalho, conta com maior número de produções. Nesta categoria há destaque para as discussões sobre remuneração (7 artigos), sendo que apenas 2 dos artigos apresentam esforços de mensuração (Alves; Sonobe, 2018; Jacomini; Alves, Camargo, 2016), o que evidencia uma ênfase temática, mas ainda escassa de sistematização empírica.

Os artigos que tratam sobre como a infraestrutura da escola afeta as condições de trabalho docente são quatro, sendo que todos apresentam indicadores para a mensuração dessa condição de oferta (Duarte; Gomes; Gotelib, 2019; Alves; Xavier, 2018; Falciano; Santos; Nunes, 2016; Soares Neto et al., 2013).

A dimensão sobre os aspectos do ambiente de trabalho, que envolvem condições objetivas para o trabalho docente, como a autonomia e participação, está presente em um artigo, com apresentação de indicadores para a sua mensuração (Pereira; Oliveira, 2016).

E embora não possa ser considerada uma dimensão das condições do trabalho docente, mas sim um fenômeno organizacional que pode estar associado às condições de trabalho, foram localizados dois artigos que abordam a rotatividade, os quais apresentam indicadores para a aferição desse fenômeno (Frantz; Alves, 2021; Pereira; Oliveira, 2016).

O Quadro 1 distingue os artigos que formulam indicadores (10) daqueles que não os constroem (8), mas contribuem para sua operacionalização ao mobilizarem variáveis observáveis e categorias conceituais e normativas. A análise evidencia que a presença de indicadores é desigual entre as dimensões mobilizadas. Infraestrutura das escolas, rotatividade docente e – em menor medida – formação docente concentram os esforços de mensuração, com explicitação de procedimentos de aferição, critérios de comparação e fontes de dados. Em contraste, dimensões centrais como remuneração, jornada e vínculo, embora recorrentes na produção, apresentam menor tradução em indicadores sistematizados, indicando descompasso entre centralidade temática e grau de operacionalização empírica.

Já o quarto passo sistematiza e analisa, em profundidade, os 10 estudos que apresentam indicadores, possibilitando cotejar fontes, recortes, variáveis, procedimentos e técnicas de mensuração, bem como a forma de apresentação dos resultados. Seu produto encontra-se expresso no Quadro 2, organizado por dimensão e indicador.

Quadro 2 – Indicadores de condições de trabalho docente por dimensão, técnica de mensuração e forma de apresentação dos resultados, 2006 a 2025

Dimensão	Indicador	Técnica de mensuração	Apresentação / Resultado	Fonte e Ano	Autoria
Formação docente	Indicador de adequação da formação docente	Razão / proporção	Taxa (%) de docências com formação superior adequada à área de conhecimento da disciplina lecionada	Censo Escolar da Educação Básica/INEP 2012 a 2020	Schneider, Silveira e Alves (2023)
Condições de Emprego - Remuneração	Indicador de remuneração média	Média Aritmética	Remuneração média de professores e demais profissionais com formação equivalente	RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) 2013	Alves e Sonobe (2018)
	Indicador de equiparação da remuneração docente com demais profissionais	Razão / proporção			
	Indicador de razão entre a remuneração média dos professores e dos demais profissionais com formação equivalente	Média Aritmética	Razão entre a remuneração de professores e demais profissionais com formação equivalente	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2013	Jacomini, Alves e Camargo (2016)
Infraestrutura das escolas	Indicador de condições da infraestrutura das escolas	Análise de clusters e Análise fatorial	Taxa (%) de escolas por nível de infraestrutura	Censo Escolar da Educação Básica/INEP 2013	Duarte, Gomes e Gotelipe (2019)
	Indicadores multidimensionais	Teoria da Resposta ao Item (TRI)	Média aritmética dos indicadores dimensionais e taxa (%) de escolas por nível geral de infraestrutura	Censo Escolar da Educação Básica/INEP Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)/INEP 2013 e 2015	Alves e Xavier (2018)
	Indicador geral da infraestrutura escolar				
	Indicadores dimensionais da qualidade da infraestrutura escolar	Sistema de pontuação e ponderação dos indicadores	Taxa (%) de escolas por indicador e por escala de classificação e cálculo de nota das escolas por classificação e ponderação	Censo Escolar da Educação Básica/INEP 2013	Falciano, Santos e Nunes (2016)
Infraestrutura das escolas	Indicador escalar de infraestrutura escolar	Teoria da Resposta ao Item (TRI)	Taxa (%) de escolas por intervalo de proficiência e nível da escala de infraestrutura escolar	Censo Escolar da Educação Básica/INEP 2011	Soares Neto et al. (2013)
Aspectos do ambiente de trabalho	Indicadores do trabalho docente - autonomia e participação	Análise fatorial e Modelagem de Equações Estruturais	Taxa (%) de docentes por indicador e por faixa	Dados primários da pesquisa "Trabalho Docente na Educação Básica no Brasil" realizada pelo Gestrado/UFGM em 2009 e 2010	Pereira e Oliveira (2016)
Rotatividade	Indicador de rotatividade docente	Razão / proporção	Taxa (%) de rotatividade docente	Censo Escolar da Educação Básica/INEP 2016 e 2017	Frantz e Alves (2021)
	Indicador de rotatividade docente	Razão / proporção	Taxa (%) de rotatividade docente	Censo Escolar da Educação Básica/INEP 2012 e 2013	Pereira e Oliveira (2016)

Fonte: Elaborado com base em levantamento bibliográfico (2025).

A sistematização dos 10 estudos permite observar, com maior precisão, como as dimensões das condições de trabalho docente vêm sendo traduzidas em medidas empíricas e quais escolhas de mensuração estruturam essa operacionalização. Em primeiro lugar, destaca-se a concentração temática dos esforços de mensuração em três frentes: infraestrutura das escolas (4), remuneração (2) e rotatividade (2). Em contraste, a formação docente aparece com um único estudo e aspectos do ambiente de trabalho (autonomia e participação) e também com um único esforço explícito de construção de indicadores. Assim, mesmo dentro do subconjunto “com indicadores”, permanece visível uma assimetria entre dimensões: algumas são mensuradas de forma mais recorrente e consolidada, enquanto outras são pouco exploradas no registro de indicadores.

No plano metodológico, o Quadro 2 evidencia que a produção mobiliza estratégias de mensuração heterogêneas, que podem ser agrupadas em três grandes blocos. O primeiro reúne estudos que constroem indicadores expressos como razão/proporção (Schneider; Silveira; Alves, 2023; Alves; Sonobe, 2018; Frantz; Alves, 2021; Pereira; Oliveira, 2016) e médias aritméticas (Alves; Sonobe, 2018; Jacomini; Alves; Camargo, 2016). O segundo bloco concentra estratégias de modelagem e construção de escalas/índices, sobretudo na dimensão infraestrutura, com destaque para a Teoria da Resposta ao Item (TRI) (Soares Neto et al., 2013; Alves; Xavier, 2018) e para sistemas de pontuação e ponderação (Falciano; Santos; Nunes, 2016), que resultam em classificações/níveis e permitem sintetizar dimensões da infraestrutura. O terceiro bloco abrange abordagens de redução de dimensionalidade e tipologias, em que a infraestrutura é operacionalizada por análise fatorial e análise de clusters (Duarte; Gomes; Gotelib, 2019). De modo análogo, na dimensão ambiente de trabalho, Pereira e Oliveira (2016) articulam análise fatorial e Modelagem de Equações Estruturais, traduzindo autonomia e participação em indicadores e apresentando a distribuição dos docentes por faixas.

As fontes de dados reforçam outro traço relevante. Há predominância de bases nacionais, em especial o Censo Escolar/INEP, que sustenta os indicadores de formação docente, rotatividade e a maior parte dos indicadores de infraestrutura. Para remuneração, os estudos recorrem a fontes distintas e não equivalentes em natureza e desenho: RAIS (Alves; Sonobe, 2018) e PNAD (Jacomini; Alves; Camargo, 2016), o que aponta para uma mensuração dependente de bases de mercado de trabalho e *surveys* domiciliares, com regras próprias de tratamento e comparabilidade. Por sua vez, a dimensão ambiente de trabalho se ancora em dados primários de *survey* (Gestrado/UFGM, 2009–2010), o que evidencia que certos aspectos das condições de trabalho (autonomia e participação) aparecem na literatura, sobretudo quando há instrumentos específicos de coleta.

Quanto ao modo de apresentação dos resultados, prevalece a expressão em percentuais (proporção de docências, escolas ou docentes por níveis/faixas), inclusive em estudos baseados em TRI ou tipologias. Nas pesquisas sobre remuneração, a apresentação combina média aritmética e razões entre grupos (professores *versus* demais profissionais com formação equivalente), enfatizando o caráter relacional do indicador e seu uso para monitoramento de equiparação.

Esses achados dialogam diretamente com o objetivo específico do estudo ao indicar que, no conjunto de artigos analisado, a operacionalização empírica por meio de indicadores se distribui de forma desigual entre as dimensões mobilizadas. Enquanto algumas dimensões

são mais frequentemente traduzidas em medidas sistematizadas, outras permanecem predominantemente tratadas em registro conceitual, normativo ou descritivo, o que tensiona a construção de parâmetros analíticos comparáveis no recorte examinado.

Por fim, o quinto passo possibilita analisar, de forma comparativa, a correspondência entre o conceito analítico de condições de trabalho docente adotado neste artigo, os marcos legais de referência e as dimensões efetivamente mobilizadas pela produção científica selecionada. A síntese é apresentada no Quadro 3.

Quadro 3 – Número de artigos por dimensão das condições de trabalho docente e referência legal das dimensões, 2006 a 2025

Dimensões das Condições de Trabalho	Referência Legal Vigente	Número de Artigos	Número de Artigos com indicadores
Tamanho do quadro docente	-	0	0
Formação docente	LDB PSPN SNE PNE	1	1
Volume de trabalho	-	0	0
Condições de emprego - Forma de ingresso na carreira	CF 1988 LDB PNE	0	0
Condições de emprego - Tipo de vínculo	CF 1988 LDB PNE	1	0
Condições de emprego - Plano de carreira	CF 1988 LDB PSPN SNE PNE	0	0
Condições de emprego - Remuneração	CF 1988 LDB PSPN SNE PNE	7	2
Condições de emprego - Jornada de trabalho	LDB PSPN SNE PNE	3	0
Infraestrutura das escolas	LDB SNE PNE	4	4
Aspectos do ambiente de trabalho - Apoio dos profissionais	PNE	0	0
Aspectos do ambiente de trabalho - Gestão democrática	CF 1988 LDB SNE PNE	0	0
Aspectos do ambiente de trabalho - Autonomia e participação	CF 1988 LDB SNE PNE	1	1
Aspectos do ambiente de trabalho - Segurança	SNE PNE	0	0
Rotatividade	-	2	2
TOTAL		19	10

Fonte: Elaborado com base em levantamento bibliográfico (2026).

Assim, é possível observar um conjunto de ausências relevantes frente ao arcabouço normativo e ao conceito adotado. No recorte definido não foram localizados artigos sobre tamanho do quadro docente, volume de trabalho, forma de ingresso na carreira, plano de carreira, apoio de outros profissionais na escola, gestão democrática e segurança no local de trabalho. No caso de tamanho do quadro e volume de trabalho, cabe ponderar que, embora não apareçam no Quadro 3 como referência legal direta, a LDB, o SNE e o PNE contêm enunciados que permitem inferências normativas importantes, como alusões às condições adequadas de oferta e a parâmetros associados à relação estudantes/turma, que podem fundamentar, ainda que indiretamente, a problematização dessas dimensões das condições de trabalho docente. Ainda assim, tais dimensões não foram sistematizadas no conjunto de artigos analisados. Além disso, jornada de trabalho aparece em três artigos, mas sem formulação de indicadores, e tipo de vínculo aparece em um artigo, também sem indicador. Esses achados sugerem que determinadas dimensões, mesmo quando amparadas por referências legais explícitas, têm sido mobilizadas sobretudo como categorias normativas e

analíticas, com menor conversão em medidas sistematizadas. Em síntese, o Quadro 3 indica que a correspondência entre conceito analítico, marco normativo e produção empírica sistematizada por indicadores é parcial e ainda desigual em relação a indicadores e as dimensões das condições de trabalho docente.

Considerações Finais

Os resultados desta revisão de literatura nacional evidenciam que, embora a valorização dos profissionais da educação seja reconhecida no ordenamento jurídico como princípio do direito à educação e vinculada a garantias relacionadas à carreira, remuneração, jornada e condições adequadas de trabalho, a produção analisada, no âmbito de periódicos de referência no debate sobre políticas educacionais, ainda sistematiza de forma parcial e desigual as dimensões das condições de trabalho docente. No conjunto dos 18 artigos selecionados, predominam estudos sobre condições de emprego, com centralidade na remuneração, acompanhados, em menor grau, por infraestrutura das escolas, formação docente, rotatividade e aspectos do ambiente de trabalho (autonomia e participação).

No entanto, a presença de indicadores é desigual entre as dimensões. Mesmo entre os estudos que formulam indicadores, os esforços de mensuração concentram-se em infraestrutura, rotatividade e remuneração, enquanto componentes relevantes do conceito analítico adotado (como tamanho do quadro docente, volume de trabalho, ingresso, plano de carreira, apoio de outros profissionais na escola, gestão democrática e demais aspectos do ambiente de trabalho) não foram sistematizados no recorte examinado. Assim, embora a literatura mobilize referências normativas e categorias analíticas importantes, parte expressiva dessas garantias permanece pouco traduzida em medidas sistematizadas, o que restringe a construção de parâmetros comparáveis para acompanhar, em diferentes redes e ao longo do tempo, a efetivação das condições de trabalho docente como dimensão da valorização profissional.

Do ponto de vista metodológico, observa-se predominância do uso de bases nacionais, especialmente do Censo Escolar/INEP, reiterando a centralidade do acesso público aos microdados para a produção e replicação de medidas. Ao mesmo tempo, a heterogeneidade de técnicas de mensuração e de fontes (Censo, RAIS, PNAD e surveys específicos) impõe desafios adicionais à comparabilidade e à consolidação de séries e padrões analíticos compartilhados.

Nesse marco, o PNE (Lei nº 15.388/2026), ao prever o aprimoramento do Censo da Educação para coletar informações sobre formação, condições de trabalho, remuneração e carreira dos profissionais da Educação Básica (estratégia 17.25), reforça a necessidade de ampliar a capacidade institucional de produzir e publicizar dados que subsidiem o monitoramento das políticas de valorização. Além disso, parte das agendas de mensuração pode ser condicionada por regras de sigilo e por procedimentos institucionais de proteção de dados adotados pelo INEP, à luz da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), exigindo regimes de acesso a dados protegidos (Portaria INEP n.º 637/2019), com implicações para a pesquisa, o acesso público a microdados, a construção de indicadores e a produção de séries comparáveis.

Este estudo também apresenta limites que devem ser explicitados. O recorte em periódicos de referência sobre políticas educacionais, embora qualifique a interlocução com agendas de decisão pública e com debates sobre financiamento e regulação, não esgota a produção

disponível sobre o tema. Pesquisas futuras podem ampliar a cobertura incorporando outros referenciais e repositórios, incluindo relatórios e estudos institucionais, bem como produções de outras áreas e periódicos especializados, de modo a captar dimensões menos visíveis neste levantamento e avançar na proposição de indicadores que abranjam, com maior completude, os componentes materiais, organizacionais e institucionais das condições de trabalho docente.

Por fim, os achados reforçam a necessidade de ampliar e sistematizar indicadores sobre condições de trabalho docente, de modo a fortalecer parâmetros comparáveis de monitoramento das políticas de valorização profissional nas redes públicas de ensino. Em um cenário de disputas orçamentárias e de redefinições do papel da União no financiamento da educação, o uso de evidências empíricas torna-se ainda mais estratégico para as disputas políticas voltadas à valorização dos profissionais.

Referências

ALVES, M. T. G.; XAVIER, F. P. Indicadores multidimensionais para avaliação da infraestrutura escolar: o ensino fundamental. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, n. 169, p. 708-746, jul. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053145455>.

ALVES, T.; PINTO, J. M. de R. Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 143, p. 606-639, maio 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742011000200014>.

ALVES, T.; SONOBE, A. K. Remuneração média como indicador da valorização docente no mercado de trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, n. 168, p. 446-476, abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053144798>.

BRASIL. Constituição [da] República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 1988. Disponível em: <https://acesse.one/gO8GG>. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 9 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em: 9 dez. 2025.

BRASIL. Lei 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). **Diário Oficial da União**, Brasília, 2020. Disponível em: <https://abrir.link/GqfyF>. Acesso em: 27 nov. 2025.

BRASIL. Lei Complementar nº 220, de 31 de outubro de 2025. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp220.htm. Acesso em: 27 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abr. 2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/L15388.htm. Acesso em: 15 abr. 2026.

CRAVEIRO, R. L. Remuneração Docente: fatores explicativos para a variação da remuneração média entre as redes municipais de ensino básico. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, v. 12, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22491/2236-5907111148>.

DUARTE, M. R. T.; GOMES, C. A. T.; GOTELIB, L. G. O. Condições de infraestrutura das escolas brasileiras: Uma escola pobre para os pobres? **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 27, n. 70, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.27.3536>.

FALCIANO, B. T.; SANTOS, E. C.; NUNES, M. F. R. Infraestrutura escolar: um critério de comparação da qualidade na educação infantil. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 27, n. 66, p. 880–906, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.18222/ea.v0ix.4021>.

FRANTZ, M. G.; ALVES, T. Proposta de um indicador de rotatividade docente na Educação Básica. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 51, 2021 DOI: <https://doi.org/10.1590/198053147211>.

GOUVEIA, A. B. A organização sindical de professores das redes municipais de ensino do Paraná: Um mapa da relação entre representação sindical e a remuneração docente. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 27, p. 92, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.27.4239>.

JACOMINI, M.; ALVES, T.; CAMARGO, R. B. de. Remuneração docente: Desafios para o monitoramento da valorização dos professores brasileiros no contexto da meta 17 do Plano Nacional de Educação. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 24, n. 73, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v24.2386>.

JACOMINI, M. A.; BASSI, M. E.; FERNANDES, M. D. E.; ROLIM, R. M. G.; CAMARGO, R. B. de. Contribuições para um Balanço do Fundeb: redistribuição dos recursos, despesas com remuneração e vínculo de trabalho docente. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, v. 10, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.22491/fineduca-2236-5907-v10-102695>.

JACOMINI, M. A.; CRUZ, R. E. da; CASTRO, E. C. de. Jornada de Trabalho Docente na Rede Pública de Educação Básica: Parâmetros para Discussão. **Arquivos analíticos de políticas educativas**, v. 28, p. 32, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.28.4862>.

JACOMINI, M. A.; GIL, J.; CASTRO, E. C. de. Jornada de trabalho docente e o cumprimento da Lei do Piso nas capitais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 34, n. 2, p. 437–459, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol34n22018.86367>.

JACOMINI, M. A.; GIL, J.; CASTRO, E. C. de. A Lei do Piso e a jornada: o trabalho docente nos estados. **Retratos da escola**, v. 13, n. 25 p. 259–273, jan./maio 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.22420/rde.v13i25.918>.

JOHNSON, S.M.; BERG, J.H.; DONALDSON, M. L. Who Stays in Teaching and Why: A Review of the Literature on Teacher Retention. **NRTA's Educator Support Network**, 2005. Disponível em: <https://projectnrgt.gse.harvard.edu/publications/who-stays-teaching-and-why-review-literature-teacher-retention>. Acesso em: 11 jun. 2025.

JANUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, n. 56, p. 137-160. abr./jun. 2005.

OLIVEIRA, D. A.; ASSUNÇÃO, A. A. Condições de trabalho docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/FaE, 2010.

OLIVEIRA, D. A.; PEREIRA JUNIOR, E. A. Indicadores do trabalho docente: múltiplas associações no contexto escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 27, n. 66, p. 852-878, 2016. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae.v27i66.4093>.

PARO, V. H. Trabalho docente na escola fundamental: questões candentes. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 146, p. 586-611, ago. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742012000200014>.

PEREIRA JUNIOR, E. A.; OLIVEIRA, D. A. Indicadores de retenção e rotatividade dos docentes da educação básica. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 160, p. 312-332, abr. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053143370>

PINTO, J. M. R. Remuneração adequada do professor: desafio à educação brasileira. **Retratos da Escola**, v. 3, n. 4, 2012. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v3i4.101>.

SCHNEIDER, G.; SILVEIRA, A. A. D.; ALVES, T. Mapeamento da formação de docentes no Paraná: um olhar para o indicador de adequação. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 17, e90095, abr. 2023. DOI: <http://10.5380/jpe.v17i0.90095>.

SOARES NETO, J. J.; JESUS, G. R. de; KARINO, C. A.; ANDRADE, D. F. de. Uma escala para medir a infraestrutura escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 24, n. 54, p. 78-99, 2013. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae245420131903>.

Máira Gallotti Frantz é Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), com período de Doutorado Sanduíche (PDSE/CAPES) na Mary Lou Fulton Teachers College, Arizona State University (ASU), Estados Unidos. É professora do Departamento de Planejamento e Administração Escolar (DEPLAE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), membro do Núcleo de Políticas Educacionais (NuPE/UFPR) e consultora no projeto *Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: políticas públicas pactuadas em regime de colaboração*, desenvolvido em cooperação entre o Ministério da Educação (MEC) e a UNESCO Realiza pesquisas sobre políticas educacionais, direito à educação, financiamento da educação básica e condições de trabalho docente.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8587-8709>

E-mail: mairagallotti@gmail.com

Thiago Alves é Doutor e Mestre em Administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP). Membro da diretoria da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca). Atualmente é professor na Universidade Federal de Goiás (UFG) lotado na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE/UFG). É docente do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGADM) da UFG e coordenador do programa nos biênios 2022-2023 e 2024-2025. É cofundador e membro da coordenação do “Laboratório de Dados Educacionais” [www.dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br]. É membro da coordenação do projeto Simulador de Custo-Aluno Qualidade (SimCAQ) [www.simcaq.ufg.br]. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5746-3386>

E-mail: thiagoalves.edu@gmail.com

Adriana Dragone Silveira é Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado no Teachers College, Columbia University, Estados Unidos. É professora titular da Universidade de São Paulo (USP) na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ribeirão Preto e atua nos cursos de graduação e pós-graduação em educação. É coordenadora do Laboratório de Dados Educacionais (LDE) e do projeto de pesquisa Simulador de Custo-Aluno Qualidade (SimCAQ). Realiza pesquisas sobre direito à educação, judicialização da educação, políticas de educação infantil e financiamento educacional.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6022-627X>

E-mail: adrianadragonesilveira@gmail.com

Gabriela Schneider é Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). É professora do Departamento de Planejamento e Administração Escolar dessa Universidade e atua nos cursos de graduação e pós-graduação na linha de Políticas Educacionais. É coordenadora do Laboratório de Dados Educacionais (LDE) e do projeto de pesquisa Simulador de Custo-Aluno Qualidade (SimCAQ). Realiza pesquisas na área de educação, com ênfase em Políticas e Gestão Educacional e no uso de dados quantitativos, principalmente sobre os seguintes temas: políticas educacionais, indicadores de qualidade e infraestrutura escolar, justiça social, financiamento e avaliação educacional.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6346-2849>

E-mail: gabis0905@gmail.com

Recebido em 27 de janeiro de 2026

Aprovado em 04 de abril de 2026

Editora responsável: Theresa Adrião

